

Plano de saúde segue

ESTADO DE SÃO PAULO

Resolução publicada hoje no Diário Oficial da União manda converter as mensalidades dos planos de saúde pela média dos valores pagos nos meses de novembro de 93 a fevereiro de 94

VÂNIA CRISTINO
e NELSON LUIZ DE OLIVEIRA

BRASÍLIA — A equipe econômica começa a semana da reta final para o real tomando decisões importantes. Ontem, o ministro Rubens Ricúpero anunciou que a conversão em URV dos planos de saúde será feita pela média dos valores pagos nos meses de novembro do ano passado a fevereiro deste ano, conforme resolução que está sendo publicada hoje no *Diário Oficial*.

Também para hoje, o governo promete o início da caça ao que chama de "sabotadores de programas econômicos". Os estabelecimentos que exageraram na remarcação de preços, desde a criação da Unidade Real de Valor (URV), poderão até ser fechados.

Em cooperação com o Procon dos Estados e municípios, os fiscais da Sunab vão verificar se os preços subiram muito acima da variação da URV depois da criação do indexador, em 28 de fevereiro.

Revisão final — Ontem, o ministro passou a tarde no Banco Central, reunido com o presidente do BC, Pedro Malan, os ministros da Justiça, Alexandre Dupeyrat, do Planejamento,

Beni Veras, e com o advogado-geral da União, Geraldo Magela Quintão. Eles estão revendo, um a um, os mais de 40 artigos da medida provisória do real, que deverá sair na quarta-feira. A equipe econômica quer evitar contestações na Justiça.

Outras definições pendentes, como as regras para a conversão dos alugueis, continuam à espera de solução.

O governo ainda não decidiu se os alugueis vão ter uma regra à parte ou se a conversão desse tipo de contrato estará na MP do real. Quanto às mensalidades escolares, o ministro espera um parecer jurídico sobre o assunto.

Mínimo — Mais uma vez, o ministro da Fazenda descartou a hipótese de dar aumento para o salário mínimo. Ricúpero afirmou que o gover-

no terá hoje uma proposta para o reajuste do mínimo, mas que essa proposta não sairá do Ministério da Fazenda. "Não temos condições de fazer nenhuma proposta que implique algum tipo de déficit para o Tesouro Nacional."

O ministro Rubens Ricúpero esclareceu que a proposta do ministro do Trabalho é de reajuste para o salário mínimo em maio do ano que vem, de acordo com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o que já está previsto em lei.

CRUZEIRO
REAL
PRESSÃO
CONTRA
ABUSOS VAI
CRESCER

regras de salário